

Jurema Werneck

a morte de Marielle Franco, a exemplo do documento publicado no mês de fevereiro que lista perguntas que instituições públicas e autoridades devem responder sobre o assassinato da vereadora. O que significa quase um ano sem que os responsáveis pela morte sejam levados à justiça?

Jurema Werneck: É preciso lembrar que acima de tudo Marielle Franco era uma defensora de direitos humanos. As ameaças, ataques e homicídios de defensores de direitos humanos são temas sobre os quais a Anistia Internacional atua historicamente no Brasil e no mundo. A Anistia é uma organização imparcial e independente e, justamente por isso, não iria deixar de atuar sobre um caso relevante como o assassinato da defensora de direitos humanos Marielle Franco apenas porque ela também tinha uma atuação na política partidária. Após mais de um ano as autoridades apresentaram os supostos executores, mas a família de Marielle, a sociedade civil, e a Anistia Internacional como parte dela, continuarão cobrando das autoridades responsáveis respostas sobre as perguntas que estão em aberto, além é claro das duas principais: quem mandou matar Marielle Franco e Anderson Gomes e o porquê?

OAPS: Você já declarou que Marielle era uma ativista de destaque, uma pessoa “solar”, resultado da mobilização de várias pessoas, do morro. Como foi saber do assassinato e como tem sido acompanhar as investigações?

Jurema Werneck: Foi muito doloroso saber do assassinato da Marielle Franco e do Anderson Gomes, naquela noite de 14 de março de 2018. Por tudo que representa em termos e mesmo após um ano, com toda visibilidade e repercussão, no Brasil e no mundo, ainda não sabemos quem mandou cometer este crime. Foi um assassinato de alto perfil e nesses casos podem haver diversos tipos de interferências externas. Esse risco existe e é por isso que é muito importante toda a pressão da sociedade e dos movimentos da sociedade civil organizada como um todo sobre o Estado para que haja uma condução correta e adequada para que se saiba a verdade sobre o que aconteceu. A Anistia Internacional tem cumprido neste momento o papel que lhe cabe, que é seguir mobilizada, em primeiro lugar, cobrando uma investigação imparcial, que chegue à solução correta do caso e que identifique os verdadeiros responsáveis pelo assassinato; e, em

Jurema Werneck é médica (UFF), tem mestrado em Engenharia de Produção (UFRJ), doutorado em Comunicação e Cultura (UFRJ) e uma longa trajetória de luta no movimento de mulheres negras e pelos direitos humanos. A entrevistada do mês de março do Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS) fala sobre o ativismo das mulheres negras – “[...] existe um silenciamento sobre a maior quantidade deste ativismo que ainda não se olha, porque afinal não é classe média, não fala a língua daqueles que querem ouvir” – e a falta de políticas públicas para enfrentamento do racismo no Brasil. Diretora executiva da Anistia Internacional Brasil, Werneck destaca também a importância de manter pressão para que sejam dadas respostas sobre a morte de Marielle Franco. Na entrevista, a pesquisadora em saúde da população negra critica ainda o apagamento do papel dessa população nas narrativas sobre a luta pelo direito à saúde no Brasil: “O apagamento da história negra, da história dos marginalizados é uma forma de descrever o racismo no Brasil. Enquanto há racismo se apaga a mobilização negra para construir uma das melhores políticas de justiça e equidade que foram construídas no ocidente. Até porque essa camada da população foi tão influente, que até hoje tenta se tirar da mão dela o ganho. O SUS nunca chegou de verdade para essa população. Mas assim, movimento social é luta. A gente que não tem que abrir mão. Que grupos em privilégios se apropriem da nossa história é a história da humanidade. Mas nossa obrigação é contar a história como ela aconteceu. E provando para nós que nós estivemos lá”. Boa leitura!

**Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS):
A Anistia Internacional tem cobrado respostas sobre**

segundo lugar, mostrando a necessidade da criação de um mecanismo independente e imparcial de monitoramento das investigações.

OAPS: Diversas pesquisas e especialistas indicam a falta de compreensão e a depreciação do trabalho pelos Direitos Humanos no Brasil. Nessa perspectiva, qual o impacto da eleição de um presidente de extrema direita, que fez diversas declarações em apoio à ditadura, à prática de tortura e ao fechamento do Congresso Nacional (além de homenagear o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra) e que considera demandas políticas de grupos como LGBTTs, mulheres e negros como “coitadismos”?

Jurema Werneck: A agenda do presidente durante sua campanha foi abertamente anti-direitos humanos e o que vimos é que frequentemente foram feitas declarações discriminatórias sobre diferentes grupos da sociedade.

Por todo histórico de suas declarações e ações, nos primeiros meses de governo isso representa sim uma ameaça à boa parte da população brasileira: povos indígenas, quilombolas, comunidades rurais, pessoas LGBTQI, jovens negros, mulheres, ativistas e organizações da sociedade civil. Estamos atentos aos passos das autoridades em nível federal e seguiremos mobilizados tanto no Brasil quanto em todo mundo para que nenhum retrocesso em direitos humanos seja permitido.

OAPS: Você destaca a importância da escuta das vozes das mulheres negras para transformar a sociedade e o Estado. Como avalia o caminhar do ativismo das mulheres negras hoje: esse ativismo é mais forte e tem encontrado mais espaços de repercussão? Quais as principais pautas de luta em meio a tantas desigualdades no que diz respeito à violência, acesso a serviços de saúde e representatividade política, por exemplo?

Jurema Werneck: Bom, eu sou ativista desde que eu tinha oito anos de idade. Eu aprendi a ser ativista pela história da

minha família e pela história das pessoas que eu conhecia. Sempre houve um ativismo de mulheres negras, mas o que havia antes era pouco reconhecimento. Qualquer favela de qualquer cidade tem uma liderança que é uma mulher negra. Por que quem é que garante a educação pré-escolar se não for uma mulher negra que guardou as crianças em casa e desenvolveu iniciativas de educação? Creche, o que era a creche pública da favela se não a casa de uma outra mulher negra? Sempre houve organização, trabalho e ativismo de mulheres negras. Mas acho que dos anos 80, principalmente dos anos 90 para cá, houve uma maior visibilidade. As líderes de favela ainda não são reconhecidas no seu ativismo. Todas essas que fazem creche, pré-escola, distribuem comida, lutam por escola, posto de saúde, não são reconhecidas ainda no século XXI. Mas um outro espaço de ativismo de mulheres negras que a partir das décadas de 80 e 90 se desenvolvem como organizações de mulheres negras, essas organizações começaram a angariar uma maior visibilidade,

porque a sociedade civil organizada também angariou uma maior visibilidade. Nós temos poucos registros históricos da trajetória organizativa das mulheres negras, mas em 1908 tem registro de organizações de mulheres negras, em Pelotas, por exemplo. No pós-abolição imediato, tem registro de organizações de mulheres negras constituídas e se nesse período tem este registro, ele responde uma tradição. Não deve ter sido uma invenção do pós-abolição e é só um reflexo do que foi necessário acontecer para acabar com a escravidão.

Sim, o ativismo das mulheres negras foi, ao longo dos anos oitenta para cá, tendo maior visibilidade, mas no modelo 'classe média'. No modelo universitário, classe média, ONG. Partido político um pouco, mas não muito. Partido político é muito recente. E só foi recente porque Marielle foi assassinada. Mas existe um silenciamento sobre a maior quantidade deste ativismo que ainda não se olha, porque afinal não é classe média, não fala a língua daqueles que querem ouvir. Então acho que a gente ainda tem um longo caminho pela frente.



“ Sim, o ativismo das mulheres negras foi, ao longo dos anos oitenta para cá, tendo maior visibilidade, mas no modelo 'classe média'. No modelo universitário, classe média, ONG. Partido político um pouco, mas não muito. Partido político é muito recente. E só foi recente porque Marielle foi assassinada. Mas existe um silenciamento sobre a maior quantidade deste ativismo que ainda não se olha, porque afinal não é classe média, não fala a língua daqueles que querem ouvir. Então acho que a gente ainda tem um longo caminho pela frente. ”

classe média, não fala a língua daqueles que querem ouvir. Então acho que a gente ainda tem um longo caminho pela frente.

OAPS: Ao olhar as políticas públicas de enfrentamento ao racismo construídas no Brasil nos últimos anos, quais principais avanços e fragilidades podem ser apontados?

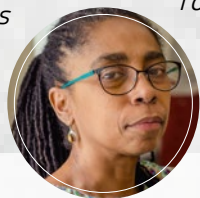
Jurema Werneck: Desde a década de 90 que eu acompanho pessoalmente as ações dos movimentos sociais negros e de mulheres negras por políticas públicas de enfrentamento ao racismo em diferentes esferas. A verdade é que a luta negra por políticas públicas e enfrentamento ao racismo vem do pós-abolição, do dia seguinte da abolição. Ou talvez, da véspera da abolição em diante, porque antes a pauta era derrubar o regime. Mas sempre se lutou por políticas públicas. Na Constituição de 1988, o racismo, ou melhor, o antirracismo foi inserido. Então o que veio depois era um pouco para responder a essa demanda constitucional. Essas políticas públicas foram constituídas de forma lamentável em qualquer destes governos. Elas eram ruins porque esses mecanismos de gestão sempre foram marginais; sem recursos suficientes, nem financeiros, nem técnicos. Sem capacidade de liderança para mover o governo a influenciar outros setores do Estado no antirracismo efetivo. Ou seja, nunca houve uma política consistente. O Brasil nunca foi efetivamente um Estado qualificado para atuar no antirracismo. Era tudo muito ruim, mas tinha um lado bom. Que era essa aproximação do movimento de mulheres negras do Estado, de olhar para ele, de tentar entendê-lo, e tentar propor coisas que não foram aceitas completamente, mas esse conhecimento ficou e parte destas coisas foram conquistadas. Ninguém achava que um governo ia acabar

com o Racismo.

É claro que a gente esperava de alguns governos um compromisso maior, se não de todos porque afinal a Constituição Federal estava determinando. As principais fragilidades eram relativas às estruturas ineficientes, inadequadas, marginais; a força do racismo para frear o antirracismo aconteceu; e nenhuma liderança governamental foi efetivamente antirracista da Constituição Federal para cá - nenhuma. O que foi criado não era consistente o suficiente para durar e só foi criado dessa forma porque apesar da força que os movimentos sociais agiam para fazer com que os governos cumprissem a determinação, o racismo não desapareceu e parece que ultimamente ele está ficando cada vez mais forte. O outro lado parece forte agora, mas ele só parece forte enquanto ele não começa a cair e o que faz ele cair é a luta. Acho que todo mundo que se alinha com o antirracismo e que acha que a Constituição tem razão (de dizer que o racismo é crime) tem chance e devia estar engajado com a luta.

OAPS: No Abrascão 2018, no Rio de Janeiro, você chamou a atenção para o protagonismo do povo negro nos movimentos de construção do Sistema Único de Saúde (SUS). Você avalia que há um apagamento desse papel nas narrativas sobre a luta pelo direito à saúde no Brasil?

Jurema Werneck: É claro que há um apagamento. Porque desde o início da história do Brasil ou da história da população negra no Brasil, sempre houve - não é adivinhação, é obviedade - sempre houve da população negra uma demanda por alívio, cura e sobrevivência. Desnecessário imaginar que isso não teria acontecido. Os indígenas tentavam preservar os seus próprios sistemas onde estavam, nos seus territórios ou nos territórios que conseguiram



“ Na Constituição de 1988, o racismo, ou melhor, o antirracismo foi inserido. Então o que veio depois era um pouco para responder a essa demanda constitucional. Essas políticas públicas foram constituídas de forma lamentável em qualquer destes governos. Elas eram ruins porque esses mecanismos de gestão sempre foram marginais; sem recursos suficientes, nem financeiros, nem técnicos. Sem capacidade de liderança para mover o governo a influenciar outros setores do Estado no antirracismo efetivo. Ou seja, nunca houve uma política consistente. O Brasil nunca foi efetivamente um Estado qualificado para atuar no antirracismo. ”

manter. A população negra vivia nos mesmos espaços que a população branca, apresentando demandas constantes e consistentes de saúde. Essas demandas de saúde implicaram em dois caminhos: a manutenção da sua própria tradição e seus métodos, seu próprio sistema tradicional de saúde, que foi o que garantiu a vida da gente até agora, porque o SUS até hoje não garante.

O Sistema Único de Saúde vem grande parte em função dessa população marginalizada do acesso à política pública, porque eu digo que vem dessa população e não daqueles tradicionalmente chamados 'gênios da reforma sanitária', porque esses sempre tiveram o sistema, e não era a generosidade deles de olhar para nós que ia constituir um sistema novo. Porque na relação com os brancos de esquerda e de direita, a gente sabe que o racismo ainda está lá. Então não foi a generosidade deles, mas foi a mobilização daquela população excluída e marginalizada que foi forçando, inclusive esses supostos 'gênios da reforma sanitária', a olhar para esse lado e ter que promover e produzir respostas.

Na constituição imediata do SUS, era o movimento popular de saúde que era muito forte, não eram os intelectuais que moviam essa estrutura. É o movimento social que move a estrutura, eu como ativista tenho plena certeza disso. Cito o Movimento de Saúde da Zona Leste de São Paulo, o Movimento das Favelas e Periferias aqui do Rio de Janeiro, Movimento Popular de Minas Gerais, que foram muito fortes e capazes de influenciar para o termo que acabou sendo incluindo nos princípios: equidade. Equidade como princípio de justiça, de distribuição justa a todo mundo. Redistribuição da riqueza, gerada por aquela população marginalizada em política de saúde.

Há de se lembrar que as classes altas, os brancos, sempre se apropriaram do que não era seu para fazer disso a sua própria história, a história dessa nação. É a mesma coisa a história do SUS. O apagamento da história negra, da história dos marginalizados é uma forma de descrever o racismo no Brasil. Enquanto há racismo se apaga a mobilização negra para construir uma das melhores políticas de justiça e equidade que foram construídas no ocidente. Até porque essa camada da população foi tão influente, que até hoje tenta se tirar da mão dela o ganho. O SUS nunca chegou de verdade para essa população. Mas assim, movimento social é luta. A gente que não tem que abrir mão. Que grupos em privilégios se apropriem da nossa história é a história da humanidade. Mas nossa obrigação é contar a história como ela aconteceu. E provando para nós que nós estivemos lá.



“ Há de se lembrar que as classes altas, os brancos, sempre se apropriaram do que não era seu para fazer disso a sua própria história, a história dessa nação. É a mesma coisa a história do SUS. O apagamento da história negra, da história dos marginalizados é uma forma de descrever o racismo no Brasil. Enquanto há racismo se apaga a mobilização negra para construir uma das melhores políticas de justiça e equidade que foram construídas no ocidente.”

Confira outras entrevistas do OAPS:



Luís Eduardo



André Dantas



Nelson Pretto



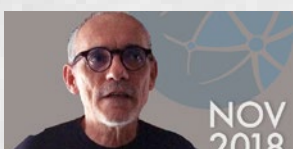
Gulnar Azevedo



Paulo Sérgio Pinheiro



Sônia Fleury



Luiz Filgueiras



Mónica Padilla



Ines Dourado



Nadya Guimarães



Graça Druck



Lígia Bahia

Expediente

Coordenador Geral: Jairnilson Paim

Equipe OAPS: Gerluce Alves

Coordenação Executiva OAPS: Maria Guadalupe Medina

Equipe CDV: Isabela Ramos Porto | Maria Creuza Silva |
Thadeu Borges Souza Santos

Coordenação Executiva CDV: Carmen Fontes Teixeira

Comunicação: Inês Costal | Patrícia Conceição

Tecnologia da Informação: Diego Corrêa | Fernando
Passos | Gilson Rabelo | Juliana Argolo | Sérgio Santana